



**ABTL**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
TERMINAIS DE LÍQUIDOS



**Clipping Diário**

**QUARTA-FEIRA 18.03.26**

## **Alta nos preços dos combustíveis e dos fretes não impedirá transporte de contêineres, avalia Xeneta**

PLATAFORMA: PORTOS E NAVIOS | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

O analista-chefe da Xeneta, Peter Sand, prevê que, mesmo com aumento dos preços de combustíveis e a impossibilidade de navegar pelo Golfo Pérsico por causa da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã e do fechamento do Estreito de Hormuz e dos ataques a embarcações mercantes, o transporte de contêineres será mantido em níveis próximos aos de antes do início do conflito, em 28 de fevereiro. A avaliação da plataforma, especializada em cotações de fretes internacionais do transporte marítimo, é que no momento os confrontos causam impactos nas cadeias de suprimentos, mas as empresas de navegação já estão buscando rotas alternativas.

Sand explicou que, como companhias suspenderam os serviços para alguns destinos no Golfo Pérsico, os proprietários de cargas estão sendo forçados a buscar soluções logísticas alternativas. De acordo com o analista, mesmo com as interrupções em algumas rotas, as cadeias de suprimentos não param. “Algumas simplesmente não podem se desconectar. Precisam que suas cargas continuem em movimento”, disse ele.

Diante dessas restrições, alguns fluxos de carga estão sendo redirecionados para portos alternativos, como, por exemplo, o de Nhava Sheva, na Índia, que está sendo usado como ponto temporário de armazenamento e transbordo para aproximar a carga do Golfo Pérsico. Mas, segundo Sand, essa estratégia está criando gargalos significativos. “O congestionamento está aumentando e é prejudicial para as cadeias de suprimentos, já que as companhias de navegação e os proprietários de cargas tentam identificar a opção menos prejudicial”.

O congestionamento em Nhava Sheva disparou de 15% antes da crise para quase 55% e continua a aumentar. O aumento do congestionamento também está sendo relatado em centros do Sudeste Asiático, como Port Kelang e Tanjung Pelepas, na Malásia. Nesse cenário, as operadoras estão adotando diferentes estratégias para manter o fluxo de carga. Segundo Sand, as companhias de navegação encontrarão soluções para manter os serviços durante esse evento imprevisível, mas isso terá um custo para os proprietários da carga.

Entre as alternativas citadas estão novos esquemas de logística híbrida. Um exemplo é o serviço iniciado pela CMA CGM, que descarrega contêineres em Khor Fakkan, antes do Estreito de Ormuz, e depois os transporta por trem ou caminhão para mercados no Golfo Pérsico. A medida tenta contornar operações portuárias que foram suspensas.

O analista Lars Jensen, também da Xeneta, informou que o último comunicado operacional da Maersk mostra que as operações no Bahrein e em Salalah, no Omã, estão paralisadas. Além disso, a ONE pede que seus clientes devolvam os contêineres vazios em Sohar, no Omã, ou Jeddah, na Arábia Saudita, e impõe sobretaxas de 2.250 dólares por TEU e 2.750 por FEU a quem não o fizer.

Jensen informou que a crise está impactando o mercado de combustíveis marítimos e que a diferença de preço entre o óleo combustível com teor muito baixo de enxofre e o convencional aumentou significativamente. “Antes da guerra, o diferencial permanecia estável em torno de 100 dólares por tonelada. Agora, subiu para 228 dólares”, explicou.

Na avaliação do analista, essa mudança beneficia navios equipados com depuradores de gases de escape, que podem usar combustível mais barato. Segundo Jensen, 42% da frota de porta-contêineres está equipada com depuradores de gases de escape, o que, na situação atual, diz ele, lhes confere vantagem em termos de custos.

O especialista ressaltou que o aumento nos preços do combustível marítimo não vai necessariamente paralisar o transporte. Usando a Maersk como exemplo, Jensen informou que em 2025 a empresa gastou 6,3 bilhões de dólares em combustível para transportar 12,9 milhões de FEUs, o que equivale a cerca de 488 dólares por contêiner e que, se o preço, devido ao fechamento do Estreito de Ormuz, dobrasse por um ano, obrigaria as transportadoras a aumentar em 488 dólares por FEU as taxas de frete, o que as levaria a níveis semelhantes aos cobrados em 2024.

Ele lembrou que, apesar dos preços altos cobrados pelos fretes naquele ano, as cadeias de suprimentos funcionaram razoavelmente bem. “O aumento nos preços do combustível marítimo encarece os serviços, mas não é prejudicial à cadeia logística global”, disse

Jensen explicou ainda que já há dados que mostram que o conflito começa a se refletir nas taxas de frete marítimo. Segundo o especialista, as taxas spot de Xangai para Dubai aumentaram dos 1.327 dólares por TEU cobrados há duas semanas para 3.220 por TEU atualmente. Além disso, são observados efeitos indiretos em outras rotas. “Estamos vendo um efeito de contágio em outras rotas marítimas, com aumentos entre 11% e 16% nas taxas de frete entre a Ásia e a Europa e entre a Ásia e os Estados Unidos.

A Xeneta observa no mercado movimentos de embarcadores que pagam mais para garantir espaço nos navios e o transporte de suas cargas. “Alguns proprietários de carga estão fechando, para rotas da China para o norte da Europa e o Mediterrâneo, contratos com tarifas de 4.000 dólares a 5.000 dólares por FEU, aproximadamente 50% acima da média do mercado”, explicou Peter Sand.

Apesar disso, o Índice Mundial de Contêineres da plataforma Drewry (WCI) registrou variação menor, de 8%, para 2.123 por FEU, puxada principalmente por aumentos nas rotas entre a Ásia e a Europa. De acordo com a empresa, as tarifas entre Xangai e Roterdã subiram 19%, para 2.443 dólares por FEU, enquanto na rota Xangai-Gênova aumentaram 10%, para 3.120 dólares por FEU.



## **Antaq atualiza agenda plurianual de estudos 2025-2028**

PLATAFORMA: PORTOS E NAVIOS | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou que validou, em reunião de sua diretoria em 12 de março, alterações e atualizações em sua Agenda Plurianual de Estudos referente ao período de 2025 a 2028. A entidade explicou que a Agenda tem como objetivo organizar os estudos prioritários que desenvolve ao longo de cada quadriênio para ampliar a base de conhecimento sobre o setor aquaviário.

A Antaq informou também que o instrumento contribui para reduzir assimetrias de informação entre ela e os agentes regulados e para garantir a qualidade técnica e a previsibilidade das decisões regulatórias. A Agenda faz parte das atividades da Gerência Especial de Estudos (GEE) e da Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários (SEPH), responsáveis pela condução dos projetos da Agência.

Segundo a agência, todos os estudos previstos para 2025 foram iniciados, 25% deles foram concluídos e dois previstos para 2026 foram antecipados. O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, disse que esses trabalhos são fundamentais para a regulação do setor. “Os estudos que integram a Agenda fornecem evidências técnicas e confiáveis para que a Agência possa aperfeiçoar sua atuação”, afirmou.

Entre os ajustes feitos, informou a entidade, está a correção da designação de projetos relacionados à atualização das Vias Economicamente Navegadas, com adequação dos anos-base usados como referência para os levantamentos técnicos. Além disso, para evitar duplicidade de iniciativas, foi retirado da Agenda Plurianual o projeto Selo Verde da Navegação, porque o tema passou a ser tratado no âmbito da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária da Antaq.

Outra mudança foi o remanejamento de estudos ao longo do ciclo de 2025 a 2028, com reposicionamento de projetos com escopo mais amplo para anos posteriores, para possibilitar que sejam feitos estudos preparatórios que contribuam com subsídios metodológicos e técnicos para sua execução. Houve ainda adequações no cronograma de outros, para alinhá-los à Agenda Regulatória da Antaq e garantir que os resultados sejam usados na elaboração e aprimoramento de normas para o setor, e ajustes de acordo com a capacidade operacional da equipe técnica e redistribuição de estudos pelos anos da Agenda em busca de mais eficiência nas análises.

De acordo com a Antaq, há em execução nove estudos da Agenda, incluindo . análises sobre condições de acessos terrestres e aquaviários aos portos organizados, levantamentos de custos da operação portuária nacional e pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços de cabotagem, travessia e portos. O cronograma prevê ainda trabalhos para o aperfeiçoamento da regulação econômica, como a metodologia de cálculo do índice de produtividade para revisões tarifárias, além da caracterização dos serviços de abastecimento de combustível para navios (bunkering).

## **Antaq aprova primeiro projeto do programa Outorga Verde**

PLATAFORMA: PORTOS E NAVIOS | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou, na última segunda-feira (16), que a empresa Hardrada Energy Tech Inovação venceu a categoria inovação em seu sandbox regulatório Outorga Verde. A aprovação foi confirmada na mais recente reunião ordinária da diretoria colegiada. Segundo a agência, a primeira outorga verde tem o objetivo de ocupar e explorar áreas ociosas dos portos organizados. A empresa escolhida vai instalar um sistema de geração de energia pela coleta de resíduos no Porto de Suape (PE), com contrato com previsão de 48 meses e investimentos de até R\$ 28,8 milhões.

De acordo com Cristina Castro, diretora substituta da Antaq e relatora do tema na reunião da diretoria, o sandbox regulatório Outorga Verde foi estruturado para alinhar as ações da entidade aos compromissos internacionais com a adaptação e mitigação frente às mudanças climáticas e às políticas públicas nacionais de transição energética. “A iniciativa também reforça o papel do Brasil na promoção e no desenvolvimento de soluções de energia limpa”, disse.

Durante o período do experimento, a Antaq definirá medidas para que os usuários dos serviços não se exponham a riscos excessivos. Também serão determinados indicadores de monitoramento e a atuação da empresa será acompanhada pela autarquia. Segundo a agência, o sandbox regulatório vai desenvolver modelos de negócios contemporâneos e testar técnicas e novas tecnologias. Desse modo, buscará ter mais governança e estabilidade regulatória, além de permitir o experimento em pequenos grupos antes de serem lançados para os usuários em geral, estimulando o ambiente de inovação tecnológica.

## **Programa Navegue Simple, apresenta calendário e avança na desburocratização do setor portuário**

PLATAFORMA: MPOR | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

O Comitê Técnico Interinstitucional do programa Navegue Simple, coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, realizou na última sexta-feira (13) a primeira reunião ordinária de 2026 traçando a rota para a “2ª Onda” de entregas. O encontro avaliou resultados e definiu metas para destravar investimentos e modernizar a gestão portuária brasileira, com foco em segurança jurídica e na redução do chamado “Custo Brasil”.

Na reunião, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) focado em novas oportunidades de negócios. O objetivo é estudar e prospectar tendências tecnológicas para o uso não convencional de ativos portuários públicos, mapeando tendências em transição energética, combustíveis sustentáveis e saneamento, alinhando a infraestrutura nacional às demandas globais.

“O Navegue Simple não é apenas um esforço de gestão, é uma virada de chave na mentalidade logística do país. Debater os rumos do programa e ouvir o setor é fundamental para que as soluções não fiquem restritas a atos normativos”, afirmou o diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Mpor, Tetsu Koike.

Também foi apresentado o painel de ações, em elaboração, que permitirá o acompanhamento online das atividades do programa por GT. No ambiente, será possível realizar a integração com sistemas externos de outros órgãos como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria Nacional de Portos (SNP) e Ibama. O objetivo é dar transparência às ações e facilitar a interlocução entre os membros dos seis GTs que compõem o Navegue Simple.

Em paralelo, o Governo trabalha em uma nova portaria interministerial para substituir as regras atuais de cessão de águas públicas (Portaria SPU 7.145/2018), com foco em garantir segurança jurídica para instalações fora da área do porto organizado. Há também um esforço para reduzir o tempo de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento, que hoje gira em torno de dois anos, o que inclui a publicação de um novo Manual de EVTEA (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) ainda neste ano.

Segundo Renildo Barros, Superintendente de Outorgas da Antaq, “o objetivo é conferir maior autonomia, celeridade e eficiência aos investimentos portuários. O EVTEA representa uma etapa complexa no processo decisório e, somado ao acompanhamento dos investimentos, acaba demandando importante tempo e recursos tanto do setor privado quanto do poder público. A proposta é tornar esse processo mais ágil, estimulando novos investimentos e reduzindo entraves burocráticos.”

### **Meio Ambiente**

A sustentabilidade e a inovação no setor portuário também foram abordadas com o debate sobre a adaptação das instruções normativas do Ibama às recentes alterações na Lei Geral de Licenciamento Ambiental (15.190/2025) e a consulta pública em andamento para aprimoramento da Política Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária.

O programa também tem promovido maior integração entre os órgãos públicos e o setor privado, fortalecendo a coordenação institucional e a troca de informações. “Essa sinergia tem contribuído para tornar os processos mais previsíveis e eficientes, inclusive em temas ambientais, ao aproximar as áreas responsáveis pelo planejamento portuário, gestão patrimonial e licenciamento ambiental”, afirma Koike. “Como resultado, avançam iniciativas voltadas à compatibilização de procedimentos, à redução de sobreposições regulatórias e ao desenvolvimento de soluções que conciliem expansão da infraestrutura portuária com sustentabilidade e proteção ambiental”, conclui.

## Calendário

Para 2026, o comitê do Programa Navegue Simples confirmou o calendário de ações: nos dias 5 e 6 de maio, será realizada a Caravana da Inovação no Porto de Paranaguá (PR); os portos de Maceió (AL), Rio Grande (RS) e Navegantes (SC) têm datas marcadas nos meses de julho e setembro. O Rio de Janeiro recebe em junho o evento Inova Portos e no dia 30 de setembro será lançada a 2ª Onda do programa.

## **Estatual diz ter dinheiro em caixa para aporte no túnel**

### **Santos-Guarujá**

PLATAFORMA: CNN | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

A APS (Autoridade Portuária de Santos) tem R\$ 2,6 bilhões em caixa reservados para fazer o aporte à PPP (Parceria Público-Privada) do túnel imerso Santos-Guarujá, conforme informou a estatal à CNN nesta terça-feira (17).

O pagamento a uma conta garantia do projeto precisa ocorrer até o dia 31 deste mês. O grupo português Mota-Engil, que venceu leilão em setembro do ano passado e assinou contrato em janeiro, vai executar as obras.

Pelo formato da PPP, o setor público se comprometeu com uma contraprestação de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões.

Metade cabe ao governo de São Paulo e metade cabe à União, por meio da estatal responsável pelo Porto de Santos (SP). A concessionária complementa o valor restante do investimento total (R\$ 6,8 bilhões).

Na segunda (16), a CNN mostrou que a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) ainda não conseguiu empréstimos federais pedidos para a sua parte do aporte.

O governo paulista recebeu uma negativa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Depois, obteve um financiamento de quase R\$ 2,6 bilhões do Banco do Brasil, mas o crédito ainda depende de aval do Tesouro Nacional.

Para evitar inadimplência contratual, caso o empréstimo não saia, o Palácio dos Bandeirantes já tem um decreto pronto para remanejar o orçamento para investimentos e redirecionar o valor para a PPP do túnel Santos-Guarujá.

A ligação entre os dois municípios litorâneos hoje é feita por balsas e por rodovia, com trajeto de aproximadamente 40 quilômetros.

Com a nova estrutura, o tempo cai de uma hora (rodovia) e 30 minutos (balsa) para menos de cinco minutos.

Com uma tecnologia inédita no país, o túnel será construído em módulos fabricados fora da água e posteriormente imersos no leito do porto. A previsão é que as obras gerem nove mil empregos diretos e indiretos.

O túnel está previsto para entrar em operação em 2031.



## **Governo prepara pacote de medidas para tentar evitar greve de caminhoneiros**

PLATAFORMA: PORTAL EXAME | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou que o governo federal apresentará nesta terça-feira, às 10h, um conjunto de medidas para reforçar o cumprimento do preço mínimo do frete e tentar evitar uma greve nacional de caminhoneiros.

Segundo o ministro, as ações visam aumentar a efetividade da fiscalização e garantir que a tabela prevista na Lei 13.703/2018 seja cumprida. A iniciativa é conduzida em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Renan afirmou que, apesar do reforço recente na fiscalização eletrônica e presencial, ainda há descumprimento da regra, o que motivou novas medidas. O governo pretende responsabilizar transportadores, contratantes e empresas que operem abaixo do piso, com ações para coibir irregularidades e reduzir distorções no mercado.

Para avançar na proteção dos caminhoneiros e no equilíbrio no transporte de cargas no Brasil, o Ministério dos Transportes e a ANTT informam que intensificaram ao longo dos últimos meses a fiscalização eletrônica e em campo.

### **Greve ganha força no país**

O anúncio ocorre em meio à crescente mobilização de caminhoneiros por uma paralisação nacional, ainda sem data definida.

A articulação ganhou força após assembleias recentes, incluindo uma realizada no Porto de Santos, e já reúne lideranças de diferentes regiões do país. O movimento envolve tanto motoristas autônomos quanto profissionais contratados por empresas.

Há registros de paralisações pontuais e indicativos de adesão crescente, mesmo sem coordenação nacional unificada.

### **Diesel e frete estão no centro da crise**

A principal insatisfação da categoria está ligada ao aumento do preço do diesel e ao descumprimento da tabela de frete mínimo.

Em 12 de março, o governo zerou PIS/Cofins sobre o combustível e criou uma subvenção que poderia reduzir o preço em até R\$ 0,64 por litro. No dia seguinte, a Petrobras anunciou aumento de R\$ 0,38 no diesel A, anulando, na avaliação dos caminhoneiros, os efeitos da medida.

A categoria também cobra maior fiscalização do piso do frete, além de demandas como isenção de pedágio em viagens sem carga e maior previsibilidade de custos.

## Impacto da ameaça de greve no mercado

No mercado financeiro, o Ibovespa perdeu força ao longo do pregão e fechou em leve nesta terça-feira, 17, refletindo a cautela dos investidores no fim do dia. O principal índice da B3 encerrou com alta de 0,30%, aos 180.409 pontos, após superar os 182 mil pontos na máxima intradiária.

No câmbio, o dólar também desacelerou o movimento de queda e terminou o dia em baixa de 0,58%, cotado a R\$ 5,199, após ter tocado R\$ 5,17 na mínima do dia.

A perda de fôlego dos ativos no Brasil coincidiu com a notícia de uma possível greve de caminhoneiros e elevou a percepção de risco no mercado.

À EXAME, Bruno Perri, economista-chefe e sócio da Forum Investimentos, explica que o movimento foi influenciado pelo risco, ainda não confirmado, de paralisação. “Uma greve de caminhoneiros é algo bem negativo para os mercados. Pode impactar inflação, câmbio, curva de juros e tende a derrubar a bolsa, como vimos no passado”, afirma.

Para ele, o fato de ainda se tratar de uma especulação limitou uma reação mais intensa. “Se fosse algo confirmado, provavelmente o mercado teria virado para queda, mesmo com o exterior positivo”.

O economista também ressalta que uma paralisação é mal vista por afetar cadeias de suprimento, pressionar preços de alimentos e dificultar ainda mais o cenário para a inflação, justamente em um momento em que o Banco Central avalia a política monetária e, devido à guerra no Irã, pode trabalhar com pouco espaço para cortes na Selic. A decisão será divulgada nesta quarta, 18.

Na mesma linha, Ian Lopes, economista da Valor Investimentos, afirma que o mercado começou o dia em alta mais firme, acompanhando o otimismo externo, mas perdeu tração ao longo da sessão por conta do risco de paralisação dos caminhoneiros.

“O Ibovespa seguiu Nova York, que abriu em forte alta, e o dólar chegou a cair bem, mas isso foi perdendo força com notícias desencontradas sobre o conflito no Oriente Médio e, no fim da tarde, com a possibilidade de greve dos caminhoneiros, que puxou o mercado para baixo”, diz.

A piora de percepção também foi sentida na curva de juros. Adriano Casarotto, Portfólio Manager de Crédito da Franklin Templeton Brasil, afirma que as taxas

# **Governo Federal lança Plano Nacional sobre Mudança do Clima**

PLATAFORMA: PORTAL EXAME | CADERNO: ONLINE | 18.03.26

O Governo Federal lançou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), instrumento que guiará as ações do Brasil para enfrentar a crise climática até 2035. O plano estabelece o compromisso de redução de 59% a 67% das emissões de gases de efeito estufa até 2035, além de traçar meta para que o país alcance a neutralidade climática até 2050. O documento prevê 312 metas aplicadas por meio de mais de 800 ações divididas em 8 setores da economia, buscando aliar o corte de emissões ao crescimento econômico.

A estratégia conta com diversos planos setoriais, como transportes, energia, cidades e turismo, que objetivam estruturar o planejamento de redução de carbono em cada área. Nesse sentido, o Sistema de Transporte contribuiu ativamente na construção dos planos setoriais, apresentando as especificidades de cada modo de transporte e reforçando a necessidade de resiliência climática das infraestruturas logísticas.

O processo foi consolidado pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), que envolveu 25 ministérios, com coordenação conjunta da Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

[https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima/documentos-oficiais#msdynmkt\\_trackingcontext=f5cace95-ea13-4cbd-bb49-6ec78f090000](https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima/documentos-oficiais#msdynmkt_trackingcontext=f5cace95-ea13-4cbd-bb49-6ec78f090000)

